

PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

PARECER DA SRDC

30/06/2020



Torres Vedras
Câmara Municipal

INFORMAÇÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Introdução

1. Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, cumpre-nos apresentar informação sobre a situação económica e financeira do “MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS” (Município) no final do primeiro semestre de 2020.

Responsabilidades

2. O Município não tem obrigação legal de preparar demonstrações financeiras intercalares (semestrais), pelo que os trabalhos realizados tiveram como suporte o balancete analítico e os mapas de execução orçamental reportados a 30 de Junho de 2020, preparados pelo Município.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame da referida informação financeira. O presente relatório não constitui um parecer de auditoria, tratando-se apenas duma informação sobre a situação económica e financeira do Município no final do primeiro semestre de 2020, tal como requerido pela norma legal acima mencionada.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma base aceitável para a prestação da referida informação e foi efetuado e planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente na:
 - Análise do cumprimento das disposições legais;
 - Análise dos registos contabilísticos;
 - Análise de rácios;
 - Revisão sumária das principais rubricas que compõem a informação económica e financeira; e
 - Comparação dos valores orçamentados com os valores executados.

5. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão da seguinte informação sobre a situação económico-financeira do Município no final do primeiro semestre de 2020.

Resultado do período

6. No final do primeiro semestre de 2020 o balancete analítico do Município evidencia um lucro de cerca de 907 m€; conforme resulta do seguinte quadro:

Rendimentos	Valor
Impostos e taxas	11,234,563
Outros rendimentos	2,181,659
Prestações de serviços	1,157,224
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	9,382,728
Outros rendimentos	33,709
	<u>23,989,883</u>
Gastos	Valor
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	528,899
Fornecimentos e serviços externos	5,306,681
Gastos com pessoal	9,264,260
Gastos/reversões de depreciação e amortização	2,073,702
Transferências e subsídios concedidos	5,575,020
Outros gastos	334,545
	<u>23,083,107</u>
Resultado líquido do exercício	<u>906,776</u>

Análise do equilíbrio financeiro

7. De acordo com os registos contabilísticos acima referidos, o indicador de solvabilidade (Fundos próprios / Passivo) apresenta um valor de 491%, o que representa uma boa capacidade do Município solver os seus compromissos a médio e longo prazo.

O indicador de autonomia financeira (Fundos próprios / Ativo) apresenta um valor de 83%, o que representa uma razoável cobertura de financiamento do activo pelos fundos próprios do Município. Todavia, o valor indicado deve ser lido com a limitação decorrente das insuficiências dos registos contabilísticos relativamente aos ativos fixos tangíveis e intangíveis, conforme apontado em nossos pareceres anteriores.

O indicador de liquidez geral $[(\text{Inventários} + \text{Dívidas correntes de terceiros} + \text{Disponibilidades}) / (\text{Dívidas correntes a terceiros})]$ apresenta um valor de 391% o que representa uma boa capacidade do Município solver os seus compromissos de curto prazo de acordo com a respectiva exigibilidade.

Análise da dívida total

8. De acordo com o mapa abaixo, a dívida total do Município à data de 30 de Junho de 2020, excluindo dívidas não orçamentais e Fundo de Apoio Municipal (FAM), atingia o montante de 22 097 302 euros (neste cálculo entrou-se em linha de conta com as contribuições de entidades relevantes para o limite da dívida total, decorrentes da integração pelo Município de associações de municípios e entidades intermunicipais, embora estes valores não tenham sido por nós analisados).

Dívidas a terceiros a médio e a longo prazo	9.876.909
Dívidas a terceiros a curto prazo	<u>8.593.695</u>
	18.470.604
Dívidas não orçamentais	-6.576
FAM	-41.620
SMASTV	2.638.945
PROMOTORRES	1.024.419
Contribuições de entidades relevantes	<u>11.530</u>
	<u><u>22.097.302</u></u>

Tendo em conta o artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, o limite de dívida total do Município para 2020 ascende a 28 893 191 euros (excluindo dívidas não orçamentais e FAM), pelo que no final do primeiro semestre o Município dispõe de uma margem de endividamento no montante de 6 795 889 euros.

Execução orçamental

9. De acordo com os Mapas de Execução Orçamental, à data de 30 de Junho de 2020, o Município havia cobrado uma receita total de 25 827 m€, à qual correspondia uma despesa total de 22 864 m€.

Desagregando estes montantes, importa referir o seguinte:

As receitas correntes (22 439 m€) correspondiam a 44,28% do total anual orçamentado o que, numa base de linearização da correspondente arrecadação de fundos, significa uma boa execução orçamental durante o período.

Já no que respeita às receitas de capital (3 388 m€) verifica-se que as mesmas correspondem a 24,39% do total anual orçamentado, o que revela uma reduzida execução orçamental.

Na sua globalidade a execução da receita correspondeu a 44.04% do respetivo montante anual orçamentado.

No que se refere às despesas correntes (19 140 m€) verifica-se que as mesmas correspondem a 38,05% do respetivo total anual orçamentado o que, igualmente numa base de linearização da saída de fundos, significa uma razoável execução orçamental no período.

Quanto às despesas de capital (3 724 m€), verifica-se que as mesmas correspondem a 19,72% do total anual orçamentado, o que revela uma reduzida execução orçamental.

Na sua globalidade a execução da despesa correspondeu a 33.04% do respetivo montante anual orçamentado.

Massamá, __ de ____ de 20__

GOMES MARQUES, CARLOS ALEXANDRE & ASSOCIADA, SROC

representada por

Vicente Pereira Gomes Marques (ROC n.º 669)